

Ana Isabel Gazegas Pimenta Sá.  
Manuel Matias Cordeiro.  
Sandra Antunes Marques.

204223691

**Despacho n.º 1760/2011**

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de Junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas do Tribunal de Família e Menores de Portimão votada pela Assembleia Municipal de Portimão, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo) segundo a enumeração constante da lista anexa.

12 de Janeiro de 2011. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

**Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da competência dos tribunais de comarca previsto no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.**

**Tribunal de Família e Menores de Portimão****Efectivos**

José Francisco Cândido Correia.  
Maria do Carmo Viegas de Sousa.  
Nuno Miguel de Melo Jorge e Morais Jorge.  
Elisabete Maria Prata Martins Neto Paixão.  
Humberto Manuel Conceição Fernandes.  
Rui Cristino Dias de Oliveira.  
António Carlos da Palma Estanislau.  
António José Malta de Carvalho Leite.  
Joaquim Manuel das Dores Guerreiro.  
Ângela Margarida Correia Vieira Gomes.  
Vanda Suzana Santos Germano.  
Maria Fernanda Neves da Silva Encarnação.  
Luís Filipe Norte dos Santos.  
Carla Sofia Aleixo Sereijo de Melo Pereira.  
Idolinda Maria Fernandes de Abreu.

**Suplentes**

Maria Ausenda Conceição Góis Fernandes.  
Susana Margarida Lourenço dos Santos.  
Amélia Maria Brito Gracias.  
Ivo João Guerreiro Tavares.  
Álvaro Miguel Peixinho Alambe Bila.  
Sílvia do Carmo Cabrita Lopes Vicente.  
Maria Fernanda Carrasqueiro Cabrita Branco.  
Maria Margarida Paraíso Mimoso Henriques Cunha.  
Nuno Miguel da Silva Giestas.  
Tony da Cruz Melo.  
Joana Lopes Paiva.  
Ana Sofia Paías das Neves.  
Sílvia Mónica da Silva Gomes.  
Rosária de Fátima Vicente Bailadeira.  
Nuno Filipe Marcelo Monteiro.

204223748

**Despacho n.º 1761/2011**

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de Junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas do Tribunal de Família e Menores de Gouveia, votada pela Assembleia Municipal de Gouveia, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo), segundo a enumeração constante da lista anexa.

12 de Janeiro de 2011. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

## ANEXO

**Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da competência dos tribunais de comarca previsto no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.**

**Tribunal de Família e Menores de Gouveia****Efectivos:**

Ana Cristina Pereira de Figueiredo Gomes de Oliveira.  
Ana Maria Mendonça Viegas Figueiredo.  
Bruno Alexandre Amaral Monteiro.  
Carlos Alberto de Almeida Saúde.  
Carlos Jorge Ferreira Cabral.  
Carlos Miguel Duarte Branco.  
Elizabeth Albuquerque Ferreira.  
Emília Maria Fonseca Vicente Canhoto.  
Glória Cardoso Lourenço.  
Lúcia Cristina Lopes Viana.  
Margarida Maria Alves Morgado de Sousa.  
Maria Alice Nogueira Gonçalves Manta Luís.  
Rosa Maria Borges Figueiredo Fidalgo.  
Rui Manuel Gomes da Eufrásia.  
Sílvia Patrícia Martins Lopes.

204223715

**Louvor n.º 45/2011**

No momento em que o Dr. José Alberto Andrade cessa funções, por aposentação, cumpre-me o grato dever de reconhecer e louvar publicamente a excelência da competência, profissionalismo e elevado sentido de responsabilidade, aliados à dedicação, rigor e lealdade, que sempre manifestou no exercício das suas funções enquanto dirigente no Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça (GRI/DGPJ).

As suas competências profissionais e as suas qualidades pessoais distinguiram-no e granjearam-lhe estima, reconhecimento e respeito desde o início das suas funções no Ministério da Justiça, primeiro em gabinetes de membros do Governo e, depois, no extinto GRIEC e no actual GRI/DGPJ, sendo um acto de justiça realçá-lo através do presente louvor.

Ao longo destes últimos anos, o Dr. José Alberto Andrade demonstrou igualmente uma excelente capacidade de organização, permanente disponibilidade, sendo um exemplo dos mais elementares valores humanos, de nobreza na acção e de empenho e gosto pela profissão, que desempenhou muitas vezes com prejuízo da sua vida privada.

Foi sobretudo na articulação com a direcção da DGPJ e com organismos e entidades da administração pública nacional e de outros países, em particular dos países de expressão oficial portuguesa, bem como no plano multilateral, com os países ibero-americanos, e ainda na coordenação e articulação de toda a equipa que exerce funções no Gabinete de Relações Internacionais, que se exprimiu pela sua invulgar noção de serviço público que constituiu um estímulo para todos os que com ele privaram.

Merece particular destaque o enorme contributo que deu para o prestígio e funcionamento da cooperação com todos os países africanos de língua portuguesa e com Timor-Leste, através da preparação e participação em inúmeras missões de apoio e assistência técnica, trabalhos em que estabeleceu estreitos laços profissionais e pessoais com os seus interlocutores e que fazem dele uma referência neste âmbito.

O Dr. José Alberto Andrade é, por tudo isto, merecedor do mais expressivo louvor e reconhecimento, o qual é devido por todo o trabalho realizado, o qual contribuiu para o prestígio da área da cooperação no Ministério da Justiça.

13 de Janeiro de 2011. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

204223359

**Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.****Declaração de rectificação n.º 168/2011**

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso de abertura de concurso para atribuição de licenças de instalação de cartório notarial, aviso n.º 1434/2011, de 3 de Janeiro, inserto no *Diário da República*, 2.ª série,

n.º 10, de 14 de Janeiro de 2011, rectifica-se que, na lista de cartórios notariais anexa ao mesmo aviso, onde se lê:

«[...]

#### Distrito de Lisboa

Município	Licença
Lisboa.....	14.º Cartório Notarial de Lisboa a)

[...]»

deve ler-se:

«[...]

#### Distrito de Lisboa

Município	Licença
Lisboa.....	24.º Cartório Notarial de Lisboa a).

[...]»

14 de Janeiro de 2011. — O Presidente, *António Figueiredo*.  
204224744

### Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.

#### Aviso n.º 2410/2011

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, a seguir descriminada, dos candidatos aprovados e excluídos no procedimento concursal comum, para o preenchimento de três postos de trabalho, ref.ª I na categoria assistente técnico da carreira geral de assistente técnico na área funcional de Património e Aquisição de Bens e Serviços, para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, aberto pelo Aviso n.º 13752/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 12 de Julho, a qual foi homologada por Despacho de 03 de Dezembro de 2010, do Presidente do Conselho Directivo: Candidatos aprovados:

- 1.º Ana Paula Dias de Oliveira Barros Quaresma: 17,91 Valores
- 2.º Maria da Luz Ribeiro Sousa Pereira: 16,48 Valores
- 3.º Fernando Manuel da Silva: 16,45 Valores
- 4.º Marla Maria Pereira Cabral Pinto: 14,80 Valores
- 5.º Ana Sofia Oliveira Mota: 14,40 Valores
- 6.º Maria de Fátima Pós de Mina Rosa Guerreiro: 14,34 Valores
- 7.º Maria Paula Ouro Peixinho: 13,83 Valores
- 8.º Filomena Figueiredo Matias: 13,57 Valores
- 9.º Nuno José Pereira Matias: 12,27 Valores
- 10.º Paulo Jorge Costa Pinto: 11,57 Valores
- 11.º Mónica Paula dos Santos Damas: 10,69 Valores
- 12.º Francisco José Neto Faustino da Silva: 9,9 Valores

Candidatos excluídos:

- Abel Luciano Nunes Mendes da Silva: a)  
Aurisia Cerqueira de Miranda: a)  
Fernanda Maria Correia Raposo: b)  
Gertrudes das Dores Coelho da Silva Gonçalves: a)  
Jacinto João Nunes Vieira: b)  
Jorge Manuel Vaz de Brito Cipriano dos Santos: b)  
Luis António Cassiano Vieira: b)  
Mónica Schwarz Martins Couto: a)  
Sandra Manuela Magalhães Pires: b)

a) Por não ter comparecido à realização do último método de selecção (entrevista profissional de selecção).

b) Por ter obtido valoração inferior a 9,5 valores no primeiro método de selecção (avaliação curricular).

Mais se informa que a lista unitária de ordenação final homologada se encontra afixada nas instalações deste Instituto sito na Av. Casal Ribeiro n.º 16, em Lisboa e disponibilizada na sua página electrónica: <http://www.itij.mj.pt>.

3 de Janeiro de 2011. — O Director do Departamento de Administração Geral, *Álvaro Pires*.

204222816

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

### Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

#### Despacho n.º 1762/2011

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerado, a seu pedido, a licenciada Sara Luísa Abreu dos Santos Acciaioli Gouveia do cargo de adjunta do meu Gabinete, para o qual foi nomeada através do meu despacho n.º 25598/2009, de 10 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 23 de Novembro de 2009.

2 — A presente exoneração produz efeitos a 31 de Dezembro de 2010.

4 de Janeiro de 2011. — O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, *Fernando Pereira Serrasqueiro*.

204222702

### Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

#### Despacho n.º 1763/2011

O Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de Julho, veio aprovar a Lei Orgânica da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), definindo a missão, atribuições e a sua estrutura nuclear.

Considerando que, de acordo com o modelo matricial misto adoptado na organização interna da ASAE, é permitida, nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 824/2007, de 31 de Julho, a constituição de 40 equipas multidisciplinares;

Considerando que a Inspectora Técnica *Maria de Fátima Dantas de Carvalho Soares Coelho*, actual coordenadora do Núcleo de Instrução Processual da Direcção Regional do Norte, se encontra impedida por período prolongado para o exercício dessas funções;

Considerando o crescente volume de trabalho com que se depara o mencionado Núcleo e que urge repor a sua capacidade de reposta face às inúmeras solicitações que lhe são dirigidas, para que cumpra de forma cabal as competências que lhe cabe executar;

Considerando os critérios de integridade, isenção, empenho, lealdade, capacidade de trabalho e de coordenação;

É designado, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 22.º n.º 2 da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com o artigo 2.º da Portaria n.º 824/2007, de 31 de Julho, chefe da Equipa Multidisciplinar Núcleo de Instrução Processual da Direcção Regional do Norte, a Inspectora *Paula de Lurdes Moreira Magalhães Lopes*.

A presente nomeação produz efeitos a 01 de Outubro de 2010.

Na mesma data considera-se exonerada desse lugar a sua anterior titular.

4 de Outubro de 2010. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

204221252

### Direcção-Geral das Actividades Económicas

#### Aviso n.º 2411/2011

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que na Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE) se procedeu, em 9 de Novembro de 2010, à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 59/2008, de 11 de